



Extensão Universitária au Prestação de Serviços: a Casa da Licam

Carmem Lucia Pereira Praxedes*

Intradição

Para falarmos de extensão e prestação de serviços, precisamos, primeiramente, delimitar o entendimento que temos destas duas atividades. Desde as origens, as universidades, altamente vinculadas às grandes cidades, atendem às necessidades da comunidade que as circunda. Lembrando que, assim como Bolonha, muitas das cidades medievais eram protegidas por muros, ou melhor, fortalezas, que dificultavam o acesso de seus inimigos. Fechadas para fora, as universidades abriam-se o mais possível para aqueles que julgavam amigos. A vinculação das universidades às cidades pode ser vista também pela associação de uma a outra através de corporações de ofício chamadas de *universitas* que eram nada mais do que a união de homens que exerciam o mesmo trabalho e viviam perto uns dos outros com o objetivo de se defenderem (Verger, 1990, p.27).

Com o passar do tempo, entre os séculos XII e XIII, necessitou-se precisar a definição jurídica de corporação, o que os juristas fizeram lançando mão dos princípios do Direito antigo, particularmente o Direito dos colégios romanos. De maneira geral, pode-se dizer que a corporação definia-se por sua autonomia interna (direito de criar para si mesma estatutos e funcionários, de impor a seus membros uma disciplina interna e de expulsar os recalcitrantes), bem como pelo reconhecimento de sua personalidade jurídica pelos poderes públicos; estes não podiam, desde então, dirigir-se direta e individualmente aos membros da corporação; a outorga de um sinete (destinado a autenticar os seus atos) era, em geral, o símbolo deste reconhecimento jurídico da corporação como pessoa jurídica, investida de uma parte da autoridade pública (Idem op. cit., p.27).

Resumo

Neste artigo buscamos analisar a situação da prestação de serviços e da extensão universitária, a partir do modelo LICOM de línguas para a comunidade.

A história da oferta de cursos de línguas no Instituto de Letras da UERJ é envolvida por características próprias da prestação de serviços, pois ao lado do ensino de línguas não temos uma atividade de pesquisa preferencialmente aplicada ao ensino, que tenha sido produto da integração e discussão dos departamentos que compõem o Instituto.

Podemos notar que, no decorrer de 20 anos, ou tivemos cursos coordenados e organizados por professores da casa, mas que possuíam autonomia em relação aos departamentos, ou solicitava-se a participação dos departamentos com a finalidade de coordenar os cursos existentes, sem contudo lançar mão de uma coordenação acadêmica, formada por docentes efetivos, que se dispusesse a articular estes cursos às atividades de ensino e pesquisa.

Palavras-chave: Universidade, Ensino de Línguas.

* Profa. Adjunta do Instituto de Letras – UERJ
E-mail: simpson_praxedes@ig.com.br

As cidades, vistas como espaço para o pleno exercício da liberdade, buscavam diminuir o uso da força, aumentando as negociações e o estabelecimento de compromissos, tentavam obter de seu senhor maior autonomia articulada às garantias jurídicas, fiscais e militares. Paradoxalmente, as formas de associação medieval são ainda bastante atuais: os comunas afirmavam-se como homens livres com plena consciência da originalidade de seu modo de vida. Eles uniam-se, discutiam programas, preparando-se para negociar com o governo o acesso das comunas à autonomia, de forma semelhante às corporações profissionais.

A passagem de um relacionamento feudal, numa estrutura vertical, às comunas, numa estrutura horizontal, contribuiu fortemente para o crescimento das escolas, que, a partir do III Concílio de Latrão, receberam um grande número de mestres e alunos e a concessão da *licencia docendi* (permissão para lecionar em uma determinada diocese) a todos que a pedissem e estivessem aptos para lecionar. Mais tarde, século XIII, o papado criaria a *licencia ubique docendi*, de valor universal e a concederia às universidades, tendo em contrapartida o controle de toda a atividade escolar do Ocidente.

Diante deste quadro de mudanças, tiveram os goliardos (padres que abandonaram o hábito e viviam como rimadores em língua latina) grande influência na construção da nova pedagogia com o apoio das traduções e da dialética. O estudo passa da aceitação dos textos sagrados para a problematização de textos variados. Busca-se não mais o saber em si mesmo, mas, através da leitura de diversos autores postos em confronto, estabelecer um sistema coerente do mundo. Assim, o intelectual toma consciência social de seu trabalho, que não é mais o mesmo do clérigo ligado à sua igreja, e nota também que os métodos e a finalidade de sua pesquisa são autônomos.

Neste contexto, surgem as primeiras universidades – Bolonha e Paris, 1088 e 1180, respectivamente – que, futuramente, passariam por dificuldades relacionadas às questões de recrutamento e relacionamento de nobres, burgueses e camponeses e à luta pela hegemonia da Igreja ou da Realeza.

Vistos como precípuos ao trabalho universitário, o ensino e a pesquisa alcançam um fim social, não mais vinculados aos poderes temporal

ou atemporal. Desta forma, a função do pesquisador na sociedade não é mais aquela de referendar os pressupostos da Igreja ou do Império, mas a de buscar continuamente melhorar a qualidade de vida do Homem, sem distinção de raça, credo, gênero ou classe social. Para que tais princípios, nada novos, possam ser efetivados, a universidade precisa estar em constante *feedback* com as cidades, com a sua população que é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de seu trabalho. Enfim, razão de sua existência.

Considerando o exposto, a extensão universitária pode ser entendida, desde aquela época, como a concretização de estudos e pesquisas necessariamente vinculados aos diversos trabalhos (ofícios) da universidade. Assim, toda a pesquisa teria o seu momento de extensão.

Por outro lado, toda a ação que não fosse produto de um processo continuado e definido (entenda-se: caracterizado passo a passo com teorias, problemas, objetivos, métodos, conclusões etc.) não seria extensão universitária e sim prestação de serviços, que pode ser desenvolvida por qualquer instituição, não necessariamente universitária.

A partir do que foi apresentado, procuraremos discutir o modelo LICOM de ensino de línguas para a comunidade, tensionando estas duas formas de relacionamento com a comunidade: extensão e prestação de serviços, a partir de um estudo Lingüístico-semiótico¹ das Universidades (Praxedes, 2002), que se propôs a analisar a estrutura das relações inter-universitárias, considerando a forma de expressão de seus valores através de discursos manifestos.

A atual UERJ tem a sua história escrita na dinâmica de interesses que envolvem o Estado do Rio de Janeiro. A própria crise de designação – UDE, UEG, UERJ – demonstra como ela, muitas vezes, teve de se curvar a esses interesses. Mas, uma universidade que tem nas suas bases figuras intelectuais como Anísio Teixeira e Pedro Ernesto não pode ser considerada mantenedora de valores fundamentados na hegemonia de uns em detrimento de muitos outros. Se ela já foi preponderantemente instituição de ofício, por sua localização geográfica e pela vocação de seus quadros, hoje se encontra em processo de consolidação do seu caráter científico, infelizmente, ainda anarrado em feudos do poder e em atitu-

des de alguns que se mantêm no passado maquiados por alguma tinta de verdade científica.

Anísio Teixeira afirmou em um discurso que o saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram; o saber, dizia o mestre, é uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem.

Considerando tal assertiva, não haveria pesquisador solitário, enclausurado em laboratórios e salas sem alunos e colegas para dialogar. Não haveria pesquisador que não se dignasse a frequentar um congresso por inteiro, ao invés de passar como cometa no dia da sua apresentação; não haveria uma só disciplina que não seguisse um planejamento previamente estabelecido pelo professor; não existiriam ações e interações que não se vinculassem na universidade.

Sob esta perspectiva, indagamos a adequação de alguns Programas e Cursos que não se vincularam à pesquisa com vistas à troca sistematizada de conhecimentos. Encontram-se neste caso os cursos do LICOM, como ficaram conhecidos os cursos de idiomas oferecidos pelo Instituto de Letras – UERJ.

É relevante salientar que o Instituto de Letras oferecia, ou melhor, abrigava em suas dependências, os cursos do CLC. Estes cursos eram oferecidos em diversos idiomas (inglês, Francês, Italiano etc.) e estavam vinculados a uma pesquisa sobre aprendizagem acelerativa, conforme afirmara-se à época. O que a princípio podia parecer relevante em termos de articulação ensino-pesquisa e extensão, acabou se tornando um grande feudo. Com o tempo e o maior crescimento destes cursos, eles passaram de acessíveis à comunidade em geral a tão caros quanto os mais conhecidos cursos particulares. Sobre os cursos e seus custos, bem como as prestações de conta, muito foi questionado nos órgãos colegiados da UERJ, mas com o tempo e o pagamento de uma taxa ao CEPUERJ, o curso alcançou relativa autonomia.

Mais tarde, surgiu o LICOM que, com um custo muito menor, atendia à comunidade no ensino de quase todas as línguas dos cursos de graduação do Instituto de Letras, exceto a língua inglesa. Há pouco tempo, com a saída do CLC da UERJ, incluiu-se também a língua inglesa no LICOM, com a participação dos instru-

tores desse curso, que permaneceram no quadro de servidores da UERJ e seriam, finalmente, supervisionados pelos docentes do Departamento de Anglo-germânicas.

O LICOM é estruturado em coordenação geral e coordenações por línguas, o que permite a orientação dos estagiários de Letras, em geral na modalidade de iniciação à docência e voluntários. Aparentemente, esta estrutura não apresentaria problemas se considerarmos que a maior parte dos cursos de idiomas funcionam com estagiários ou até instrutores, estes últimos sem terem obrigatoriamente cursado Letras. Se o quadro externo coloca o professor ou aprendiz numa situação de *oblato* ou professor-leigo, internamente ainda precisamos estabelecer alguns limites para não referendarmos práticas que podem ser justificadas quando tratadas sob os limites das leis de mercado e não sob uma perspectiva extensionista comprometida. Não sendo assim, o LICOM estará retomando às práticas dos cursos do CLC.

O LICOM obteve o lastro de necessidade social, a contar pela grande procura que podia ser vista através das enormes filas que eram formadas às vésperas das inscrições. Efetivamente, a nossa comunidade quer aprender e à época do *lifelong learning*, o estudo de línguas e informática coloca-se à frente enquanto instrumento que abre as portas para o desenvolvimento de diversas competências.

Mas quais são as tomadas de decisão que poderão incluir o LICOM na extensão comprometida? Seguem, abaixo, algumas sugestões:

- 1- A institucionalização dos cursos em Programa de Extensão (idéia esta que vem amadurecendo no Instituto de Letras);
- 2- Enquanto programa, e pelo caráter estratégico que possui, vincular-se a projetos de pesquisa que já estejam em andamento ou que sejam organizados especialmente para o caso em questão;
- 3- A definição normativa de qual modalidade de bolsa possa ser oferecida ao LICOM, bem como em qual momento do curso de graduação os estudantes poderão atuar e se o estágio no LICOM poderá ser considerado para a disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado;
- 4- A normatização das formas de acesso às coordenações, que deverá partir dos depar-

tamentos acadêmicos envolvidos;

- 5- A especificação das formas de custeio, cobrança e gestão das taxas, assim como o emprego e divisão destes recursos no âmbito do Instituto de Letras;
- 6- A manutenção da natureza extensionista e da cobrança de taxas que tenham como referencial percentes do salário mínimo estadual, se for mantida a cobrança semestral;
- 7- A formação de uma coordenação acadêmica composta por professores que se dediquem ao ensino-pesquisa de línguas.²

A experiência do Instituto de Letras no que se refere ao ensino de línguas à comunidade conta com, pelo menos, dois modelos: um que se personificou, impôs o seu poder e tratou a coisa pública como espaço de interesses pessoais sem sequer buscar o diálogo com corpo docente da unidade, quando muito estabelecer um acordo silencioso entre titulares. E outro, o mais atual, que, apesar de ainda não ter sedimentado relações, tem tudo para sair do campo da prestação de serviços: caracterizando-se pela venda de um produto, cujo valor encontra-se intrínseco a si mesmo, que é um valor de uso e, portanto, volátil, diferenciado de um objeto que tenha um valor cognitivo e nos propicie desenvolver saberes sobre as diversas culturas e os valores a elas subjacentes, com vistas a melhor convivência com o outro, pautada na aceitação das diferenças lingüísticas e na tolerância.

Além disso, para que o processo de mudança possa ocorrer de modo a oportunizar o pleno exercício da democracia, aqui entendida como vontade da maioria sem o extermínio das minorias, serão necessárias amplas discussões com os professores, técnicos e discentes do Instituto, assim como a ruptura dos entraves burocráticos caracterizados como disfuncionais, isto é, aqueles que não estejam vinculados ao bom andamento das atividades fins da universidade e deixem a eficiência (o seguir as normas) sobrepor-se à eficácia, i.e., o rápido atendimento às necessidades de um órgão ou setor. Efetivamente, a disfunção burocrática ocorre quando o controle necessário das atividades fins universitárias supera em tempo e investimentos a execução dessas atividades. Entende-se que, em uma instituição de ensino superior (IES), as atividades-meio sirvam para apoiar a viabilização das atividades-fins. Portanto, todos os executores, investidos do *poder-fazer* necessitam reco-

nhecer e compreender com rapidez as emergências e urgências para o bom andamento do trabalho acadêmico.

Superando as dificuldades características de todo o início de ação e mudança, a comunidade que nos cerca poderá contar tanto com o LICOM, quanto com os resultados dele oriundos, considerando que muito de novo poderá surgir com a vinculação necessária destes cursos aos projetos dos professores da UERJ, vinculados ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária.

Natas:

¹ Entenda-se por estudo lingüístico-semiótico aquele que considere a articulação da ciência da linguagem com a semiótica, esta última conforme os estudos de A. Greimas e seus discípulos, na denominada Escola de Paris.

² É importante destacar que, além do ensino de línguas estrangeiras - LE, o LICOM também oferece cursos de língua portuguesa instrumental.

Bibliografia:

PAIS, Cidmar. *Conditions semantico-syntaxiques et semiologiques de la productivite systemique, lexicale et discursive (Tome I et II)*. Tese de Doutorado de Estado em Letras. Université de Paris IV, Paris, 1993.

PRAXEDES, Carmem Lucia Pereira. *Sociosemiótica do discurso burocrático universitário: O caso da UERJ*. Tese de Doutorado, tomos I e II, São Paulo, FFLCH/USP, 2002.

VERGER, Jacques. *As universidades na Idade Média*. São Paulo, Unesp, 1990.

Abstract

We intend to analyze the offer of University service rendered (contribution) and extension, from LICOM model of courses for the community.

The offer of foreign languages courses at UERJ Institute of Letters has peculiar features of service rendered, because there no research activity has been a product of integration and discussion amongst the departments that are part of the institute, beyond the teaching of languages.

It is possible to note that in the last 20 years the courses have been either coordinated and organized by professors of the Institute, who had autonomy towards the departments, or departments themselves were requested to coordinate courses, although without an academic coordination that would articulate those courses to the learning activities, research or extension.

Keywords: University, teaching of languages